

***DESEMPENHAR CABALMENTE NOBRE MISSÃO DE QUE ME HEI  
ENCARREGADO TEM SIDO SEMPRE O MEU ANHELO; MAS FORÇOSO A  
CONFESSA-LO... : O RETRATO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA  
PROVÍNCIA DAS ALAGOAS SEGUNDO O DISCURSO DO DR. THOMAZ  
DO BOMFIM ESPINDOLA (1835-1866)***

Marcondes dos Santos Lima<sup>1</sup>  
Alanna Maria Santos Borges<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB.  
[marcondeslima12@gmail.com](mailto:marcondeslima12@gmail.com)  
[alannam.borges@gmail.com](mailto:alannam.borges@gmail.com)

**Resumo:**

A escrita deste artigo foi construída a partir da leitura e análise do relatório oficial redigido pelo lente alagoano Thomaz do Bomfim Espindola (1832-1889) que em meados do Império ocupou o cargo de Inspetor Geral de Estudos na província das Alagoas. No relatório de 1866, Bomfim Espindola redigiu as nuances da instrução alagoana que esteve sob a sua direção. Nosso esforço esteve no sentido de a partir do relatório de instrução, conforme os limites de um documento oficial, delinear o quadro da educação escolar alagoana segundo o discurso de Bomfim Espindola, considerando o lugar social que este ocupou, seja, na esfera social, bem como na educacional. Após a análise da fonte constatamos que a questão da formação docente foi um problema corrente durante a gestão do intelectual, reclamando da imperiosa necessidade de se criar na província uma Escola Normal a fim de aplacar a precária formação dos mestres de primeiras letras.

**Palavras-chave:** Thomaz do Bomfim Espindola. Relatório Oficial de 1866. Formação docente.

**Introdução**

O texto em apreço tem como proposta esboçar uma discussão tendo como fonte de análise o relatório da Instrução Pública da província das Alagoas de 1866, época em que Tomaz do Bomfim Espindola (1832-1889) era Diretor Geral de Estudos. Neste relatório percorremos as suas linhas e entrelinhas na intenção de montar um quadro da instrução pública nas Alagoas no Dezenove a partir do discurso de Bomfim Espindola, considerando o lugar social que ele ocupou na esfera educacional e política.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO.

<sup>2</sup> Mestranda em História da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO.

Embora, nossa fonte componha os chamados “documentos oficiais”, os relatórios podem apresentar uma versão sobre a educação escolar do Império nos permitindo conhecer sujeitos escolares, tais como, docentes, alunos e demais funcionários de uma instituição. Para além disso, analisar este tipo de documento histórico referentes à organização da instrução pública na província nos possibilitará reaver as intenções e os propósitos dos dirigentes, e em nosso do Dr. Thomaz do Bomfim Espindola.

Por vezes, os historiadores da educação consideram que esses documentos traduzem somente posições políticas de pouco efeito prático, contudo, vale salientar que eram eles que determinavam programas, métodos e compêndios, por exemplo. Conforme Matos (1987), percorrer este corpo legal nos permite recuperar o modelo de educação e de estado que as elites nacionais pretendiam imprimir à sociedade brasileira.

Sendo assim, a partir destas considerações, entendemos que dada as limitações de um documento oficial que é explorado no sentido de informar sobre um passado e que concomitante a isto é imprescindível confrontar fontes de diversas naturezas para preencher as lacunas que os documentos por si só trazem, entendemos que o relatório oficial de Espindola de 1866 tem algo a nos contar, ainda que pouco, sobre o cenário da instrução pública nos Oitocentos durante a sua experiência como diretor geral de estudos.

Na primeira parte do texto, o leitor terá informações acerca da biografia de Thomaz do Bomfim Espindola, considerando que o seu discurso no relatório é influenciado pelo lugar social que o mesmo ocupou na elite alagoana o que conseqüentemente lhe dava autoridade para expor as vicissitudes da educação escolar. Em seguida, partiremos para a análise do conteúdo do relatório a fim de identificar a partir do olhar e fala de Espindola, como encontrava-se a instrução na província, em específico, a questão da formação docente.

### **O itinerário intelectual do lente alagoano Thomaz do Bomfim Espindola (1832-1889)**

A interpretação da província de Alagoas, segundo Almeida (2004), passava pela escrita de alguns poucos homens de letras que, não por acaso, pertenciam à elite econômica e política de Alagoas. E eram alguns desses senhores letrados que também faziam parte do professorado liceísta. Este exemplo pode ser aplicado ao médico, professor e parlamentar Thomaz do Bomfim Espindola (1832- 1889). Citado como homem à frente de seu tempo, Espindola é lembrado por Lima Júnior (1969) como “homem austero, culto, brilhante, de

aprimorada educação” (LIMA JÚNIOR apud ROCHA, 1996, p. 1).

Integrante do Partido Liberal ele se manteve no cargo de deputado provincial entre os anos de 1868 e 1884. Na condição de professor do Liceu Alagoano ministrava aula de Geografia, Cronologia e História, além de ter ocupado o cargo de Diretor Geral de Estudos e docente de Higiene do Liceu de Artes e Ofícios (1884).

Quanto ao seu percurso profissional, ele concluiu o Curso de Medicina e Cirurgia em Medicina na Bahia em 1853. Para obtenção de seu título de doutorado, sua tese intitulava-se *Dissertação inaugural acerca da influência progressiva da civilização sobre o homem*. Em 1858 assumiu interinamente a cadeira de Geografia, Cronologia e História do Liceu. Em 1869 tornou-se catedrático.

Espindola faleceu no dia 06 de março de 1889, como um dos destacados homens de letras da província de Alagoas. E deixa as marcas de um homem inquieto com o seu tempo, crítico das práticas de uma escola de tradição jesuítica que primava mais pela disciplina de comportamento do que pelo gosto do conhecimento.

### **O problema da formação docente nas Alagoas: as tensões entre a realidade e as necessidades de natureza pedagógica**

O inspetor Geral de Estudos da província alagoana, o doutor Thomaz do Bomfim Espindola, na escrita da primeira parte do relatório sobre a instrução pública, em específico, o ensino primário, conduz a sua pena a redigir que embora tenha anelo em desempenhar a nobre missão de que lhe fora direcionada, a saber, Inspetor Geral dos Estudos, não obstante, ele expressa com ares de pesar ao presidente da província Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, as vicissitudes que enfrentara no ano de 1865 a frente dos assuntos da instrução: “mas forçoso é confessá-lo: pouco tenho podido fazer em benefício da instrução, que ha longos annos acha-se em estado estacionário, sem uniformidade e methodo de ensino, marchando à mercê da vontade dos professores;” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 1).

E o primeiro entrave que Espindola esboça em seu relatório é a questão da formação incipiente do professorado do ensino primário, que mesmo prestando os seus serviços na docência sem o indispensável preparo intelectual, ainda assim o lente reconhece a dedicação, moralidade e inteligência de alguns mestres que dentro dos limites de sua atuação conseguiram desempenhar o papel de bons professores, como, por exemplo, Pedro Teixeira da Rocha, Manoel Joaquim de Moraes e Felipe Nery de Sant’ Iago dentre outros.

Nos primeiros decênios do século XIX, observa-se que surgiu nas províncias brasileiras, à necessidade de habilitar os professores primários, por meio de uma instituição destinada a capacitação para o magistério. Esta necessidade, por sua vez, estava atrelada ao anseio de resolver alguns problemas referentes à instrução primária, pois as vicissitudes do ensino também eram concebidas como responsabilidade atribuída ao despreparo intelectual dos mestres, os quais não possuíam formação específica (SANTOS, 2011). De acordo com Costa (1931), às condições exigidas ao mestre que fosse lecionar nas escolas de primeiras letras de Alagoas, se restringia aos aspectos do ler, escrever e contar, além de apresentar boa conduta moral e religiosa.

Entendemos a partir do relatório de Espindola que uma das implicações da ausência de preparo que habilitasse os mestres ao ensino acabava por gerar implicações na prática docente, bem como na aprendizagem dos discentes. Como, por exemplo, a adoção concomitante dos métodos de ensino, a saber: o método individual, mútuo, simultâneo e misto. E além da apropriação de todos esses métodos, segundo Espindola, a situação do uso dos métodos se agudizava por “não havendo portanto regularidade e uniformidade na sua adoção [...]” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 3). E o diretor de estudos Espindola, continua a ampliar a lista dos problemas pedagógicos na instrução pública primária, porém agora tratando da ausência de compêndios nas aulas como é expresso no excerto a seguir:

[...] a escripta é ainda ensinada sem methodo calligraphico, resentindo-se para a sua uniformidade da falta absoluta de um compendio elementar de calligraphia; a leitura é ainda ensinada pelo methodo da antiga soletração e por livros diversos, ignorando muitos professores o novo methodo se soletrar e o da leitura sem soletração, e consequentemente as vantagens comparativas d'esses diferentes methodos; a regencia grammatical ensina-se ainda pela constituição politica do Império, pela vida de D. João de Castro e pelas Luziadas de Camões, a arithmetica ensina-se ainda quasi exclusivamente sem a parte theorica, por compendios diversos, e o systema metrico, jaz como sempre, no olvido; e finalmente a geometria pratica, principios elementares do desenho linear, raros são os que ensinam, e resente-se da falta absoluta de um compendio (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 3 – 4).

Mesmo diante das vicissitudes que a instrução pública era assolada, principalmente, o ensino primário, não obstante, o catedrático Espindola informa ao presidente da província acerca da reforma da instrução primária que o mesmo iniciou e que bem registrou em relatório antigo.

Contudo, dado os limites das fontes, não nos foi possível saber dentre as 7 propostas de reformas indicadas por Espindola quais efetivamente se materializaram e quais permaneceram ainda no plano das ideias, ou seja, no papel. Segue algumas das propostas que integraram a reforma da instrução primária durante a direção de Thomaz do Bomfim Espindola no papel de Inspetor Geral dos Estudos das Alagoas no Império:

- 1 – Montar sem perda de tempo a escola normal creada pela resolução n. 424 de 18 de junho de 1864.
- 2 – Decretar o regimento interno, methodo de ensino, a divisão do tempo e distribuição do trabalho, a disciplina e o programa de ensino.
- 3 – Procurar tornar eficaz e proficiente a inspeção de ensino, ceando como na Bahia e no Grão-Pará inspectores geraes encarregados das visitas para as nove comarcas da província, não devendo o seu numero exceder a 3, sendo todos obrigados a apresentar annualmente relatorios a inspectoría geral dos estudos, em que exporão os resultados de suas visitas, propondo ao mesmo tempo os melhoramentos que julgarem indispensaveis ao progresso material e moral das escholās (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 17).

Todavia, quanto a primeira medida, isto é, de criação de uma escola normal para formação de professores primários, podemos informar ao leitor que esta necessidade tão imperiosa e ao mesmo tempo reclamada por Espindola não foi lograda dois anos após a chamada da resolução. Somente após cinco anos, em específico, em 1969, é que temos o registro da instalação e funcionamento da Escola Normal de Alagoas. A estudiosa Villela (2016), ao estudar o processo de criação e reformas das escolas normais no Brasil, nos aponta que mesmo após a instalação dessas instituições de formação, ainda assim, as décadas de 50 e 60 dos Oitocentos foram marcadas pela indefinição da necessidade, ou não, da formação docente numa instituição específica.

Diante disto percebe-se que a questão da formação docente na província alagoana permaneceu por lastros anos aquém das autoridades públicas. Ante a esse cenário de descaso com a formação de professores do ensino primário, competia desde logo que os professores do Liceu de Maceió, criado em 1849, instruísem às crianças das escolas públicas da região.

A partir da (re) leitura do relatório de 1866 redigido por Espindola, captamos nas entrelinhas o quanto a formação dos professores do ensino primário era algo que lhe roubava a atenção, isto porque, a instalação de uma escola normal na província aplacaria os problemas de aprendizagem dos discentes.

Mas, o lente de geografia diante dessa problemática propõe ao presidente da província que enquanto não é satisfeita a primeira medida, a saber, iniciar as atividades da escola normal, sugere que ao menos “[...] V. Exc. se dignasse de mandar comprar uns 100 exemplares do curso prático de pedagogia por M. Daligault, traduzido por J.P.MP. e outros do ensino mutuo de M. Sarazin professor do curso especial do ensino mutuo de Pariz e traduzido por J. Alves Portella, para serem distribuidos pelos professores, afim de que eles se ponham a par do dever do seu magisterio e dos diversos methodos de ensino” (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p.17 – 18).

Na interpretação de Albuquerque (2017), *O Curso Prático de Pedagogia* de Mr. Daligault, solicitado por Espindola no relatório para que chegasse às mãos dos mestres, era um manual destinado aos alunos-mestres das escolas normais primárias francesas e instruía aos docentes sobre os modos de organizar a escola primária, sobre os materiais e métodos de ensino e organização de conteúdo. Logo, entendemos que considerando o conteúdo pragmático do referido manual francês, supostamente por este motivo Espindola tenha indicado as autoridades públicas a compra de tal material. Vale ressaltar que “As publicações europeias, sobretudo os manuais, funcionavam como modelo de instrução a ser aplicado, em diferentes nações, por aqueles que se ocupavam da escolarização nacional”, (ALBUQUERQUE, 2017), e em nosso caso Thomaz do Bomfim Espindola.

### **Da biblioteca do Gabinete de Leitura à criação da Biblioteca do Lycêo**

A Biblioteca Pública ou Biblioteca do Lycêo, foi criada pela Resolução n. 453, de 26 de junho de 1865, que, em seu artigo primeiro, declarava: “[...] Fica creada no Lyceu desta capital uma Biblioteca Publica, a qual se comporá dos livros existentes no actual Gabinete do referido Lyceu [...]” (RESOLUÇÃO n. 453, Art. 1). Conforme Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomaz do Bomfim Espindola, a biblioteca possuía um acervo de

2, 072 exemplares de obras escriptas em portuguez, latim, francez, inglez, hespanhol, italiano, alemão, árabe e grego, compreendendo 2,622 volumes, além de 547 folhetos e 1,366 estampas de botânica, distribuidos por nove grandes estantes com dous gavetões cada uma, achando-se algumas destas obra truncadas e outras (em muito menor numero) deterioradas pelas traças e pelo cupim, quase todas estas obras em estado de poderem ainda ser aproveitadas, se por ventura desde de já forem encadernadas de novo (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 19).



O Inspetor Geral da Instrução Pública, Thomaz do Bomfim Espindola, empenhou-se demasiadamente no projeto de criação da Biblioteca Pública. Para ele, o Gabinete de Leitura eram um projeto de vã ostentação, uma vez que a Biblioteca do Gabinete vivia constantemente fechada ao público, servindo somente de agrado dos presidentes e homens ilustres da Província em seus aniversários e outras datas celebrativas para apreciar música macial e recitar discursos. Uma nota do Conselho Administrativo, datada de julho de 1859, admite que a Biblioteca do Gabinete de Leitura vivia constantemente fechada:

O conselho administrativo dessa sociedade deliberou em sessão de 21 deste mez o seguinte:

1. Que visto não se ter desde dezembro próximo passado aberto regularmente o gabinete, se suspendesse na cobrança das mensalidades vencidas e por vencer, desde então até agosto próximo seguinte, começando a funcionar o gabinete regularmente de setembro deste anno em diante, quando começará novamente o pagamento das mensalidades; cobrando-se, com tudo as que venceram até novembro daquele anno de 1858 (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, n. 168, p. 4).

Além da inoperância da biblioteca do Gabinete de Leitura, Thomaz Espindola, criticava a falta de zelo com as obras doadas, muitas devoradas pelo cupim e pelas traças, em virtude da ausência de um corpo de especialistas, bem como reprovava o extravio destas mesmas obras. Chama ele a atenção para o sumiço de obras importantes e raras, a exemplo do *Dicionário de Portuguez* de Bluteau e do livro de oradores franceses (SANTANA, 1965).

A Biblioteca Pública, por sua vez, funcionava no mesmo horário do Liceu e contava com um bibliotecário, Filinto Elysio da Costa Cutrim, que também era professor da Instituição; um amanuense, que era o mesmo da Secretaria de Instrução Pública e do Liceu; e um contínuo, que também trabalhava no estabelecimento liceal. Estes dois últimos recebiam uma gratificação e davam expediente exclusivo na Biblioteca das 16: 00 às 18: 00 da tarde.

Segundo Bomfim Espindola no relatório para compor o acervo da Biblioteca, Alexandre José de Mello Moraes, fez a doação de 453 exemplares, compreendendo 604 volumes. O inspetor geral da instrução complementa que as obras doadas compreendem uma variedade de áreas do conhecimento, a saber: História, Geografia, Ciências Sociais, Agronomia, Ciências Médicas, Homeopatia, Política, Direito, Engenharia, Ciência, Zootecnia, relatos de viagens, além de revistas e jornais tratando de assuntos os mais diversos.

Por estes gestos, Alexandre José de Mello Moraes, foi considerado o grande patrono do Gabinete de Leitura e da Biblioteca Pública. Santana (1965) assegura que o ofertante doou cerca de 7000 volumes, sendo 2000 na época para o Gabinete e 5000 para a Biblioteca.

A seu respeito Espindola escreveu no relatório muitas frases laudatórias, como a que se segue no excerto a seguir:

[...] a elle somente a elle devemos hoje o possuir esta fonte de luzes – remédios d'alma – phase egipsiaca: e para testar os nossos vindouros tamanho beneficio hei resolvido que o retrato de tão distincto alagoano, obreiro do progresso, seja pendurado em lugar elevado e bem visivel em uma das paredes da salla onde ella funciona (ALAGOAS, RELATÓRIO, 1866, p. 19).

Mello Moraes nasceu na Cidade das Alagoas, em 1816 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1822. Filho de Alexandre José de Mello e Ana Barbosa de Araújo, Mello Moraes, foi historiador, deputado geral e médico. Órfão aos 11 anos de idade, foi enviado à Bahia, onde ficou aos cuidados de dois tios frades, frei Francisco Senhor do Bomfim e frei José de Santa Tereza. Aos 17, já sé empenhava no magistério em dois colégios, lecionando Geografia e Retórica. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1840.

Retornou para Alagoas, mas por pouco tempo, voltando a viver em Salvador. Exerceu a medicina na capital baiana, de início como alopata e, posteriormente, como homeopata. Em 1853, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde clinicou e continuou publicando seu jornal que de o *Médico do Povo* passou e ser denominado de *Médico do Povo na Terra de Santa Cruz*. Nessa época passou a se interessar mais pelos estudos históricos, sobretudo, História do Brasil. Em 1866 foi eleito Deputado Geral por Alagoas (1869-1872), tendo sido seu único cargo na carreira política (BARROS, 2005; SANTANA, 1965).

## Conclusão

Em linhas gerais, retomando a proposta inicial, isto é, identificar e contextualizar o cenário da educação alagoana no Império, sob a direção de Thomaz do Bomfim Espindola, a partir do seu relatório redigido em 1866, podemos dizer que alcançamos tal objetivo, uma vez que apontamos alguns problemas educacionais, como, por exemplo, a ausência de uma formação específica para os professores consequência da inexistência de uma instituição voltada para tal fim. E que foi uma das medidas principais apontada e reclamada por Espindola.



Isso nos permitiu entender que a questão da formação docente talvez tenha sido uma das bandeiras que Espindola defendeu durante a sua gestão, por entender que o bom professor seria uma peça central para que nas escolas alagoanas tivesse um ensino moderno e como efeito uma projeção positiva de seu papel na esfera educacional. Isto é evidente no fato dele se dirigir ao presidente da província Esperidião Eloy de Barros Pimentel, com ares de agradecimento pela nobre missão (diretor da instrução pública) que lhe foi conferida.

## Referências

ALAGOAS. Relatório da Instrução Pública e Particular da Província das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Presidente da Província, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola. Maceió: Typ. Do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. Apropriações do “Curso Prático de Pedagogia” de Mr. Daligault na obra de Joaquim José de Araújo. In \_\_\_\_\_ SILVA, Andréa Giordanna Araújo; MARTINS, Iane Campos; ALBUQUERQUE, Suzana Lopes. **Intelectuais e Educação: experiências, perspectivas e propostas pedagógicas (XIX e XX)**. Maceió: EDUFAL, 2017.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) CAROATÁ, José Próspero Jeovah da Silva e CABRAL, João Francisco Dias. **Dois textos alagoanos exemplares**. Maceió: FUNESA, 2004.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Vol. 62B. Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 26 de julho de 1859, ano II, n. 168.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP). São Paulo, 1996.

SANTANA, Moacyr Medeiros de. **Pequena história da biblioteca pública estadual**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1965.

VILELLA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-134.